



1 **REUNIÃO ORDINÁRIA DE 1º DE AGOSTO DE 2.017.**

2 **ATA Nº 07/2.017** - Ao primeiro dia, do mês de agosto, do ano de dois mil
3 e dezessete, às nove horas e trinta minutos, no Tribunal de Contas da União
4 – SECEX/AL, sito na Av. Dom Antônio Brandão, 326 – Farol, nesta cidade,
5 compareceram ao nosso encontro os seguintes membros: Srs. José Carlos
6 Castro(MPE), Claudivan da Silva Costa(TCU), Pedro Guido da Silva
7 (ISV), Fernando Teles de Farias(Arquidiocese de Maceió), Antônio
8 Henrique Cadete(MPF), José William Gomes da Silva(CGU), Gustavo
9 Henrique de Albuquerque Santos(MPC), Felipe Ferreira Libardi(AGU),
10 Adriano Carvalho Bezerra de Brito(AGU), João Walraven Júnior(TCU),
11 Sérgio Studart(CGU) e Sras. Helenice Balbino Silva(SINTEAL), Valéria
12 Bezerra(RFB), Edilma de Albuquerque Lins Barbosa (SINDMED) e
13 Nadja Lúcia de Oliveira Peixoto(UNEAL). Antecipando-se a pauta, o Sr.
14 Coordenador, a exemplo de outras situações, agradeceu a cessão do espaço
15 ao Tribunal de Contas da União para a realização de nosso encontro,
16 registrando em seguida, com satisfação, o comparecimento de todos que se
17 fizeram presentes à reunião. **Item 1 da Pauta: Aprovação Ata da reunião**
18 **anterior** - Esta foi aprovada por unanimidade, sem ressalvas, após o
19 conhecimento de seu teor por todos os presentes. **Item 2 da Pauta:**
20 **Apresentação: “Avaliação dos Sistemas de Controle Interno nos**
21 **Municípios de Alagoas” – José William Gomes (CGU/AL)** – De início,
22 nosso Coordenador elogiou a Defesa Pública de Mestrado Profissional em
23 Administração, do Sr. José William Gomes da Silva, realizada no Núcleo
24 de Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia, passando a palavra,
25 em seguida, ao representante da Controladoria Geral da União, para sua
26 apresentação. O Sr. José William, a princípio, afirmou tratar-se de tema
27 bastante instigante, próprio dos objetivos da CGU de formar gestores para
28 uma atuação crítica, contextualizada e propositiva no âmbito das
29 organizações; formulando estratégias, planos de intervenção e interagindo
30 com os diversos setores da sociedade, a partir da metodologia COSO-
31 2.013,(Committee of Sponsoring Organization of the Treadway
32 Commission) que tem como foco a relevância dos controles internos no
33 processo de gestão. Apresentou, ainda, a evolução do Framework do
34 COSO 2.013, buscando considerar as principais mudanças ocorridas
35 relacionadas à globalização, complexidade dos negócios, incidência de
36 fraudes e incremento das exigências quanto à transparência. Fez referência,
37 além do mais, ao conceito e visão do Controle Interno, importante
38 instrumento que permeia as atividades de qualquer organização e que
39 garante a sustentabilidade do negócio. Citou a importância da Instrução
40 Normativa IN-TCE/AL-03/2011, geralmente não observada. Registrou,
41 ainda, os órgãos responsáveis pelas avaliações dos controles internos no



42Brasil, entre os quais: CGU, TCU, ATRICON e TCE; citando a nível
43internacional o COSO-2013. Mencionou, também, o encaminhamento de
44questionários, sobre o assunto em pauta, aos nossos 102 municípios,
45assinalando como limitações do controle interno: erros de julgamento;
46burla dos gestores; custos do procedimento; fraudes; o nº insuficiente de
47funcionários e, geralmente, não capacitados para a função. Ao término de
48sua perfeita apresentação, concluímos que estamos diante de um
49extraordinário mecanismo de controle e que, a partir dos estudos realizados
50e das orientações repassadas, fica a expectativa de que os municípios
51adotem iniciativas, visando aprimorar e aperfeiçoar suas estruturas, de
52forma contínua, solucionando, definitivamente, as fragilidades detectadas.
53Concluindo a pauta, o Sr. Claudivan Costa disse da necessidade de haver
54um TCE, bem como um controle social mais efetivos, e que se encontra
55bastante preocupado com a situação por que passa o País, afirmando que
56não obstante a importância desses órgãos de controle, inexistem resultados
57convincentes. **Item 3 da Pauta: Precatórios FUNDEF 2.017 – Relatos**
58atuação dos órgãos de fiscalização e controle /Encaminhamentos – O
59FOCCO continua desenvolvendo esforços, visando a correta aplicação dos
60vultosos recursos decorrentes de ações que tratam do FUNDEF, atual
61FUNDEB, provenientes do Tribunal Regional Federal - 5ª Região, cuja
62relação de municípios agraciados teve seu número reduzido para
6341(quarenta e um). O Sr. Coordenador informou que o MPE já orientou os
64Senhores Promotores, no sentido de exercerem uma fiscalização efetiva e
65diferenciada da aplicação dos recursos, bem como dos Escritórios de
66Advocacia, responsáveis por respectivas ações. Citou, ainda, a
67possibilidade de mais 10(dez) municípios receberem citados benefícios. O
68representante do Ministério Público Federal registrou as dificuldades que se
69apresentam para operacionalizar referida fiscalização, solicitando, por isso,
70uma participação decisiva dos órgãos de controle, não obstante as medidas
71preventivas já deliberadas. Foi citado, também, mais uma vez, a imposição
72de que a verba seja creditada em conta específica. Foi observado,
73igualmente, que o TCE não teria atribuição para definir o direcionamento
74da aplicação dos recursos, como foi executado; essa manifestação caberia
75ao Ministério Público Federal. Discutiu-se, também, o rateio do percentual
76de 20%(vinte por cento) para os Escritórios de Advocacia e a participação
77dos Professores na divisão da verba. O FOCCO sugeriu ao Sr. Gustavo
78Santos tentar reverter o posicionamento do TCE/AL, em relação à divisão
79de referidos valores. Já o representante da Advocacia Geral da União –
80AGU, registrou sua posição, citando a decisão do TCE/MA, que determinou
81a suspensão dos pagamentos dos honorários advocatícios, em virtude de
82que referidos recursos devem ser integralmente aplicados na manutenção e



83desenvolvimento do ensino e que seu uso indevido para pagamento de
84honorários advocatícios, configura, em tese, ato de improbidade
85administrativa. Diante das colocações citadas, o Sr. Coordenador propôs
86uma reunião específica com os órgãos de controle, para definir uma
87fiscalização mais efetiva, com o objetivo de impedir possíveis desvios e
88irregularidades. **Item 4 da Pauta: Regulamentação transporte escolar**
89em Alagoas - Encaminhamento - Objeto de intenso debate, antes de ser
90acatado pelo colegiado, o ofício que trata da regulamentação do transporte
91escolar no Estado, deverá ser entregue no dia 3 de agosto, próxima quinta-
92feira, às 10 horas e trinta minutos pelos gestores do FOCCO, na sede do
93DETRAN/AL, aos ilustres Presidentes do Departamento Estadual de
94Trânsito e Conselho Estadual de Trânsito. O documento sugere em sua
95plenitude uma série de recomendações para a elaboração da citada
96normatização. Trata da deficiente qualidade do transporte escolar, bem
97como da fragilidade dos contratos, problemas estes levantados em nossas
98reuniões pela combatente representante do SINTEAL, Sra. Helenice
99Balbino. Outros problemas, a exemplo das condições precárias de
100segurança, a idade avançada da frota, além de subcontratação,
101superfaturamento de serviço, não execução de contratos e veículos
102inadequados ao transporte do escolar constam do mencionado ofício. Foi
103solicitado, por fim, à CGU, cópias das regulamentações e respectivas
104portarias, para serem anexadas ao documento. **Item 5 da Pauta:**
105Informes: Espaço para comissões/Proposta capacitação
106conselhos ?/Livre – Incorporado ao espírito da pauta, o Sr. Pedro Guido
107com seu vigor, sempre presente, fez uma breve explanação sobre a situação
108atual do Parlamento Jovem Universitário – PJU, afirmando que superada a
109fase de compatibilização do calendário das instituições que compõem sua
110estrutura, chegou à conclusão, através de trabalho conjunto com o
111representante da UFAL, de que teremos a retomada das atividades, já no
112final do corrente mês e que contará, nesta oportunidade, com a
113participação dos Centros Acadêmicos das Instituições. Em seguida, fez a
114apresentação de um folder, do qual consta, de forma sucinta e didática um
115breve histórico do projeto, que teve seu início com o Parlamento Jovem -
116PJ, desenvolvido entre os anos de 2.011 e 2.014, com os alunos do ensino
117médio; culminando com o PJU em 2.015, programa este já consolidado.
118Item 6 da Pauta: Considerações finais – Próxima reunião(5 de
119setembro – Definir local) - Foi confirmado nosso próximo encontro para
120o dia 5 de setembro do corrente, regimentalmente, primeira terça-feira do
121mês, a acontecer no Campus A.C.Simões – Universidade Federal de
122Alagoas – UFAL, sito no Tabuleiro do Martins. Não havendo mais nada a
123ser discutido, foi encerrada a reunião às 12 horas e 15 minutos. Assinam a



124Ata os Srs. José Carlos Castro – Coordenador e Fernando Teles de Farias –
125Secretário, juntamente com os demais membros presentes.

126

127

José Carlos Castro
Coordenador

128

129

130

Fernando Teles de Farias
Secretário

131

132

133

Claudivan da Silva Costa
TCU

134

135

136

Pedro Guido da Silva
ISV

137

138

139

Antônio Henrique Cadete
MPF

140

141

142

José William Gomes da Silva
CGU

143

144

145

Gustavo Henrique de Albuquerque Santos
MPC

146

147

148

Felipe Ferreira Libardi
AGU

149

150

151

Adriano Carvalho Bezerra de Brito
AGU

152

153

154

João Walraven Júnior
TCU

155

156

157

Sérgio Studart
CGU

158

159

160

Helenice Balbino Silva
SINTEAL

161

162

163

Valéria Bezerra
RFB

164



166

Edilma de Albuquerque Lins Barbosa

167

SINDMED

168

169

Nadja Lúcia de Oliveira Peixoto

170

UNEAL